



## A consideration on the recent history of the Austrian School: the debate on the dehomogenization between Mises and Hayek

### Uma reflexão sobre a história recente da Escola Austríaca: o debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek

*Una reflexión sobre la historia reciente de la Escuela Austríaca: el debate sobre la “deshomogeneización” entre Mises y Hayek*

Paulo Hora de Andrade III Mestre em Desenvolvimento Econômico (UFPR). [paulo\\_terceiro@hotmail.com](mailto:paulo_terceiro@hotmail.com)

#### Palavras-chave:

Mises; Hayek;  
Desomogeneização;  
Debate; Escola  
Austríaca.

#### RESUMO

Este trabalho trata do debate que se refere à suficiência da Praxiologia Misesiana para a elucidação dos fenômenos econômicos e de sua compatibilidade com a teoria Hayekiana sobre a comunicação e a aquisição do conhecimento em contextos institucionais específicos. Ambas foram desenvolvidas a partir do debate do cálculo econômico, ocorrido nas décadas de 1920 e 1930. Nesse sentido, os dois grupos que protagonizaram o debate foram formados, de um lado, pelos que defendem que a Escola Austríaca se dividiu entre os paradigmas Misesiano e Hayekiano e, de outro, os que defendem que o núcleo da abordagem distintiva Austríaca se baseia tanto em Mises quanto em Hayek.

#### Keywords:

Mises; Hayek; De-  
homogenization;  
Debate; Austrian  
School.

#### ABSTRACT

This paper deals with the debate regarding the sufficiency of Misesian praxeology for the elucidation of economic phenomena and their compatibility with the Hayekian theory of communication and the acquisition of knowledge in specific institutional contexts, as both were developed from the debate of the economic calculation, occurred in the decades of 1920 and 1930. In this sense, the two groups that led the debate were formed, on the one hand, by those who argue that the Austrian School was divided between the Misesian and Hayekian paradigms and, on the other, those who argue that the core of the Austrian distinctive approach is based on both Mises and Hayek.

#### Palabras clave:

Deshomogeneización;  
Debate; Escuela  
Austríaca.

#### RESUMEN

Este trabajo trata del debate que se refiere a la suficiencia de la praxeología Misesiana para la elucidación de los fenómenos económicos y de su compatibilidad con la teoría Hayekiana sobre la comunicación y la adquisición del conocimiento en contextos institucionales específicos. Ambas fueron desarrolladas a partir del debate del cálculo económico, ocurrido en las décadas de 1920 y 1930. En ese sentido, los dos grupos que protagonizaron el debate fueron formados, por un lado, por los que defienden que la Escuela Austríaca se dividió entre los paradigmas Misesiano y Hayekiano y, por otro, los que sostienen que el núcleo del enfoque distintivo austriaco se basa tanto en Mises como en Hayek.

Recebido em: 17-abr-2018

Classificação JEL: B25, B53

Aprovado em: 25-jun-2018

## INTRODUÇÃO

Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek são considerados dois dos maiores expoentes da Escola Austríaca. Apesar de suas contribuições serem comumente vistas como complementares, existem argumentos de que a sequência dos trabalhos de Hayek teria rompido com a linha desenvolvida por Mises, de modo a criar dois paradigmas distintos dentro da Escola Austríaca.

Entendendo que um dos papéis do historiador do pensamento econômico é contextualizar o desenvolvimento teórico passado, a fim de possibilitar um melhor entendimento sobre o estado atual da ciência econômica, o objetivo deste trabalho, em particular, é explicar a

história recente do Austrianismo, partindo do princípio de que entender o debate sobre a desomogeneização intelectual entre Mises e Hayek é um caminho para esse fim. A importância de se estudar a discussão da desomogeneização se justifica na necessidade de se buscar uma melhor compreensão do momento atual da Escola Austríaca, inclusive no que diz respeito à estratégia de isolamento acadêmico, visto que uma conclusão sobre o debate permanece em aberto depois de passados quase 20 anos de seu fim.

Dessa forma, além dessa introdução e da conclusão, o trabalho está dividido em três seções. Nas sub-seções iniciais da primeira seção, será feito o resgate das primeiras contribuições de Mises e Hayek à história da Escola Austríaca, a fim de analisar possíveis mudanças em seus trabalhos seguintes. A partir disso, na seção 2, serão apresentados os posicionamentos de Gerald O' Driscoll Jr. e Mario Rizzo, em *Economics of Time and Ignorance*, publicado em 1985, e George Selgin, em *Praxeology and Understanding*, publicado em 1988, considerados o “pré-debate” sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek, apesar de não terem mencionado diretamente esse assunto.

Na mesma seção, em sub-seções separadas por posicionamento de cada “dupla”, será feita a discussão dos trabalhos de [Boettke \(1990<sup>a</sup>; 1998\)](#), [Kirzner \(1988\)<sup>a</sup>](#), [Rothbard \(1991\)<sup>a</sup>](#) e [Salerno \(1990<sup>a</sup>; 1993<sup>a</sup>\)](#), que fazem referência ao debate sobre a desomogeneização, concentrado entre o fim da década de 1980 e durante a década de 1990. Em segundo plano, também será relatada a continuação do debate com outros autores, como [Herbener \(1996\)<sup>a</sup>](#), [Hoppe \(1996\)<sup>a</sup>](#), Horwitz (1998), [Hülsmann \(1997\)<sup>a</sup>](#) e [Yeager \(1994<sup>a</sup>; 1997<sup>a</sup>\)](#), em resposta, principalmente, a [Salerno \(1990<sup>b</sup>; 1993<sup>b</sup>; 1994<sup>a</sup>\)](#).

Depois, a partir da leitura de [Leeson e Boettke \(2006\)<sup>a</sup>](#), será feita uma exposição sobre as metodologias de Mises e de Hayek. Em sequência, será feita uma síntese do debate e uma discussão dos pontos mais relevantes, já caminhando para um posicionamento a respeito dessa controvérsia, a saber, de que a desomogeneização não é sustentável a partir da reflexão sobre teoria econômica, mas apenas por considerações políticas e ideológicas.

A seção 3 consistirá em uma avaliação do impacto do debate sobre o desenvolvimento da Escola Austríaca a partir da compreensão dos rumos tomados por seus dois principais grupos, de modo a tentar definir se a desomogeneização realmente ocorreu. Para isso, serão contabilizadas as publicações em revistas acadêmicas dos quatro principais autores do debate sobre a desomogeneização, desde o seu início, em 1988, bem como a quantidade de citações feitas por outros autores a estes. Da mesma forma, será feita essa contabilização para os artigos referentes ao debate.

Na conclusão, serão explicados os rumos tomados pela Escola Austríaca nos últimos anos e o que o debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek revela sobre isso, de modo a esclarecer melhor a interpretação que este trabalho intenciona transmitir.

## 1 AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DE MISES E HAYEK PARA A ESCOLA AUSTRÍACA

Em 1871, Carl Menger publicou o livro *Principles of Economics*, no qual buscava explicar os princípios invariáveis dos fenômenos econômicos, reduzindo-os, em última instância, a ações de agentes individuais diante dos meios disponíveis na natureza para o atendimento dos mais variados fins. A partir dessa premissa, [Menger \(1976\)](#)<sup>a</sup> argumenta que as atividades econômicas produzem efeitos que vão além das intenções dos agentes e que as avaliações subjetivas feitas por indivíduos sobre coisas que eles acreditam satisfazer suas necessidades são a origem de toda a atividade econômica.

Em consequência da identificação dessa relação entre meio e fim, a partir de uma perspectiva subjetivista, a teoria de [Menger \(1976\)](#)<sup>b</sup> assumiu os conceitos de bens de “ordem superior” (bens de capital) como instrumentos cujo valor é derivado do que é avaliado como sua capacidade de produzir bens de “primeira ordem” (bens de consumo), os quais satisfazem diretamente as necessidades humanas.

No início do século XX, Menger foi um dos protagonistas do chamado *Methodenstreit*, que foi a batalha de métodos entre a nascente Escola Austríaca e a Escola Histórica Alemã, pois o *Principles of Economics* tinha o propósito de substituir a teoria do valor-trabalho por uma teoria do valor centrado nas escolhas dos indivíduos, de modo a auxiliar a investigação histórica, o que ia de encontro ao método da Escola Histórica Alemã. Essa contestação Mengeriana ao historicismo e a defesa da validade das teorias antes da verificação empírica seria retomada por Mises e Hayek.

### 1.1 As primeiras contribuições de Mises e Hayek: Teoria monetária e ciclos econômicos

De acordo com [Vaughn \(1998\)](#)<sup>a</sup>, a abordagem Austríaca iniciada por Carl Menger foi, primeiramente, divulgada na comunidade acadêmica a partir dos trabalhos de Eugen von Böhm-Bawerk e Friederich von Wieser, cujas discussões sobre capital e mercado foram entendidas como mais próximas do paradigma Neoclássico.

Como consequência, explica [Vaughn \(1998\)](#)<sup>b</sup>, até a década de 1920, tornou-se quase um consenso entre os economistas, incluindo os próprios Austríacos, que não havia mais uma

discernível Escola Austríaca, pois passou a ser entendido que suas maiores contribuições teriam sido absorvidas pelo pensamento Neoclássico. Essa percepção geral só mudaria a partir das discussões de Mises sobre a possibilidade de organizar um sistema socialista.

De fato, antes mesmo da discussão sobre o socialismo, Mises resgatara, já em seu primeiro grande trabalho, o livro *Theory of Money and Credit*, de 1912, as contribuições que considerava mais significativas de Menger, particularmente no que se refere aos meios de troca. Diferentemente de Menger, que distinguia bens econômicos reais, cujo valor seria inerente a suas propriedades físicas a serem descobertas pelos homens, de bens econômicos imaginários, cujo valor atribuído pelos homens seria resultado de erros na avaliação da relação de causa e efeito com os fins visados, Mises define o valor de troca de qualquer bem como algo que surge inteiramente a partir da valoração dos indivíduos. Essa caracterização Misesiana mais subjetivista sobre o valor serviria de base para seus argumentos no contexto do debate do cálculo econômico socialista, que será explicado mais adiante.

[Boettke, Coyne e Newman \(2016\)](#)<sup>a</sup> explicam que, já a partir do *Theory of Money and Credit*, Mises desenvolveu sua teoria do ciclo comercial com a combinação da teoria do capital de Eugen von Böhm-Bawerk com a taxa natural de juro de Knut Wicksell, o que ficaria conhecido como a *Austrian Business Cycle Theory* (ABCT), cujo argumento principal consiste na ideia de que a manipulação do crédito por parte do banco central causaria uma distorção na estrutura de produção, o que terminaria em recessão. Essa contribuição de Mises seria a raiz dos argumentos do debate que Hayek protagonizaria com John Maynard Keynes a partir da década de 1930, marcando as distinções entre as duas visões sobre os ciclos econômicos.

Assim como os de Mises, os primeiros trabalhos de Hayek foram voltados à explicação dos ciclos de comércio e do papel que os fatores monetários exercem sobre eles. Nesse sentido, o início da influência de Mises sobre Hayek ficou clara a partir da década de 1920, quando o primeiro já estava inserido no contexto do debate do cálculo econômico socialista, no qual o último entraria na década seguinte.

De fato, de acordo com [Caldwell \(2008\)](#)<sup>a</sup>, o próprio Hayek reconheceria mais tarde que esses trabalhos de Mises, que logo se tornaria seu mentor, influenciaram a maneira de pensar de muitos jovens após a Primeira Guerra Mundial, inclusive a dele. [Caldwell \(2008\)](#)<sup>b</sup> destaca, a partir da transcrição de uma entrevista dada por Hayek em 1978, que este considerava, desde o início, que Mises frequentemente estava certo em suas conclusões, mas que seu mentor não o deixava satisfeito com a maneira com que argumentava, o que lhe estimularia a formular argumentos melhores, a fim de persuadir outras pessoas. Foi nesse contexto, portanto, que Hayek publicou, em

1929, o artigo *Monetary Theory and the Trade Cycle*, com muitas referências ao *Theory of Money and Credit*, de Mises.

Nessa obra, [Hayek \(1933\)<sup>a</sup>](#) enfatiza a necessidade de se desenvolver uma teoria satisfatória sobre os ciclos de comércio para fundamentar a pesquisa empírica, que, para ele, poderia, na melhor das hipóteses, fornecer uma verificação das teorias existentes, mas não uma visão das causas desses ciclos. Tal posicionamento de Hayek seria estendido, anos mais tarde, para todos os campos das ciências sociais.

Dessa forma, para explicar os ciclos de comércio, [Hayek \(1933\)<sup>b</sup>](#), capítulo II) questiona a validade das teorias estáticas, que trabalham com o conceito de equilíbrio para identificar as causas das discrepâncias entre oferta e demanda que caracterizam os ciclos econômicos, e defende que a investigação teórica sobre os acontecimentos reais passa pela identificação das consequências da introdução do dinheiro no sistema.

Nesse sentido, [Hayek \(1933\)<sup>c</sup>](#) argumenta, em linha com a explicação de Mises sobre a não neutralidade da moeda, que uma mudança no volume de meios de circulação se distingue de todas as outras mudanças em grandezas "reais", pois, por ser o dinheiro um meio de troca puro, não desejado por ninguém para fins de consumo, o aumento de sua circulação implica uma perturbação nas forças de equilíbrio, cuja tendência de realização é a suposição fundamental da teoria estática.

Dessa forma, citando Mises como o ponto de partida para uma melhor compreensão do papel da taxa de juros nos ciclos de comércio, Hayek (1933) destaca a necessidade de buscar, em vez de uma teoria do valor do dinheiro, uma teoria dos valores do dinheiro, a fim de entender a importância das mudanças dos preços relativos dos bens para os ciclos de comércio.

[Boettke, Coyne e Newman \(2016\)<sup>b</sup>](#) observam que, no citado trabalho e nos outros seguintes, o argumento de Hayek, usado para explicar o início da Grande Depressão de 1929, era que a taxa de juros poderia cair ou aumentar dependendo de como variar a razão entre consumo e investimento, reforçando os argumentos de Mises e consolidando a ABCT, segundo a qual o alongamento da estrutura de produção seria sustentável quando fosse causado por decisões individuais de aumento na poupança, de modo a reduzir a taxa de juros.

TABELA 1 – PRIMEIROS TRABALHOS DE MISES E HAYEK:

Autor	Objeto de Investigação	Fator Relevante
Mises	Ciclos Econômicos	Moeda
Hayek	Ciclos Econômicos	Moeda

## 1.2 MISES, HAYEK E O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO

A partir dos trabalhos de Böhm-Bawerk e Wieser e diante do crescimento das ideias socialistas após a Primeira Guerra Mundial, Mises passou a se dedicar a explicar a “impossibilidade” de um sistema organizado nas bases defendidas por essas ideias e, em 1920, com o artigo *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*, introduziu o que se tornaria a base de um de seus argumentos mais conhecidos, a saber, a necessidade, para a realização do cálculo econômico racional, de um sistema em que exista propriedade privada dos meios de produção.

No caso, o termo “impossibilidade” se referia à ideia de que o sistema socialista não chegaria aos objetivos pretendidos por seus defensores, iniciando um argumento que seria desenvolvido em vários trabalhos até ser mais bem agrupado no livro *Human Action*, de 1949. No livro *Socialism*, publicado em 1922, [Mises \(2015\)](#) baseou-se na ideia Mengeriana de que os bens de ordem superior derivam seu valor da expectativa de valor futuro dos bens de primeira ordem para descrever a função social dos cálculos do empresário e concluiu que as sociedades socialistas não poderiam executar o cálculo econômico característico das economias de mercado porque este não pode prescindir de preços em dinheiro para os bens de ordem superior, o que pressupõe a possibilidade de troca entre, pelo menos, dois proprietários.

[Barbieri \(2013\)<sup>a</sup>](#) destaca que as primeiras respostas aos argumentos de Mises, na década de 1920, vieram de autores Marxistas austríacos e alemães e eram baseadas na defesa de associações e monopólios setoriais. Ainda de acordo com [Barbieri \(2013\)<sup>b</sup>](#), a essência da resposta de Mises a essas primeiras propostas era que não poderia haver competição em um sistema de monopólios concedidos pelo órgão de planejamento central porque os direitos de propriedade entre as organizações deveriam ser definidos pelo Estado, o que voltaria ao mesmo problema da ausência de preços genuínos para refletir as preferências subjetivas.

Mesmo com essa explicação, de acordo com [Vaughn \(1998\)<sup>c</sup>](#), Mises não obteve muito sucesso em condicionar o debate de acordo com suas críticas ao socialismo, papel que seria assumido por Hayek, a partir do fim da década de 1920, para responder a autores como F. M. Taylor, H.D. Dickinson, Oskar Lange, Abba Lerner e E.F.M. Durbin que, em resposta aos trabalhos de Mises, abandonariam os ideais Marxistas e recorreriam à teoria Walrasiana de Equilíbrio Geral para justificar um arranjo institucional socialista que fosse compatível com o sistema de preços.

Novamente reconhecendo os trabalhos de Mises como ponto de partida, apesar de evitar o uso do termo “impossível” para caracterizar o socialismo, Hayek se inseriu no debate do cálculo

econômico a partir do argumento de que, em um mundo com poucas mudanças, a análise de uma economia socialista a partir de um sistema de puro equilíbrio poderia ser menos problemática, mas que isso não era o que se observava no mundo real. Com isso, Hayek procurou desenvolver um conceito de equilíbrio que fosse consistente com um mundo de ação e mudança para argumentar, em linha com o método utilitarista defendido por Mises, que o socialismo não poderia chegar aos resultados desejados por seus defensores.

[Barbieri \(2013\)<sup>c</sup>](#), cap 4) explica que, enquanto Mises fora o protagonista da “fase alemã” do debate, na década de 1920, Hayek assumiu esse papel na década de 1930 na “fase inglesa”, quando assumiu um cargo na *London School of Economics* e percebeu que o debate não havia deixado impacto na Inglaterra. Diante disso, continua Barbieri (2013), Hayek publicou, em 1935, o livro *Collectivist Economic Planning*, em que criticou a proposta de solução de equações para encontrar preços de equilíbrio, e, cinco anos mais tarde, complementou a essência de sua crítica ao socialismo com o exame das soluções por tentativa e erro, em resposta a Lange e Dickinson.

Em *Economics and Knowledge*, [Hayek \(1948\)<sup>a</sup>](#) questiona o uso do conceito de equilíbrio na economia, pois, para o autor, seu significado no contexto de uma análise da ação de uma única pessoa não seria aplicável à explicação das interações dos planos de um conjunto de indivíduos. Sobre esse questionamento, [Caldwell \(1988\)<sup>a</sup>](#) observa que, em seus primeiros trabalhos, Hayek defendia que alguma forma de construção de equilíbrio era necessária e, a partir de *Economics and Knowledge*, avançou para uma nova definição desse conceito, de forma a relacioná-lo com uma suposição sobre a comunicação do conhecimento entre os indivíduos, o que justificaria a interpretação de que ele teria passado por uma “transformação”.

Em contraste com a ideia de “transformação” de Hayek proposta por [Caldwell \(1988\)<sup>b</sup>](#), [Lewis \(2014\)<sup>a</sup>](#) argumenta que uma justificativa epistemológica mais antiga para o que ficou mais aparente a partir de *Economics and Knowledge* pode ser encontrada no livro *Sensory Order*, publicado em 1952, mas concebido, e um primeiro esboço, em 1920, no qual Hayek nega que o homem possua a capacidade de conhecer as coisas como elas são em si mesmas, isto é, sem lançar mão de pressupostos teóricos, e que o conhecimento se encontra disperso e tem caráter subjetivo.

Com base no reconhecimento da existência de conhecimento fragmentado entre os indivíduos, [Hayek \(1948\)<sup>b</sup>](#) explica que, caso não lhes fosse permitido decidir como usá-lo, os dados que uma autoridade central teria de utilizar para o planejamento econômico deveriam ser obtidos por abstração de pequenas diferenças entre as coisas, reunindo-as como recursos de um tipo, enquanto, no entanto, o problema econômico da sociedade consiste na rápida adaptação às

mudanças nas circunstâncias particulares do tempo e do lugar. A partir dessa explicação, Hayek usou a ideia de conhecimento para a defesa do mecanismo de mercado descentralizado e do sistema de preços.

Em consequência, em *Individualism: True and False*, de 1946, Hayek explica que a coordenação dos planos individuais depende de tradições que estabeleçam regras flexíveis a ponto de, ao mesmo tempo, permitir adaptações às mudanças e tornar o comportamento de outras pessoas previsível em um alto grau. Dessa forma, [Hayek \(1948\)](#)<sup>c</sup> relaciona a importância dessa limitação com a esfera de atuação de um governo e define sua visão sobre o conceito de liberdade como a atribuição ao governo de regras dirigidas a tipos particulares de ação, sem servir a fins particulares.

TABELA 2: MISES E HAYEK NO DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO:

Autor	Objeto de Investigação	Com quem discute?	Argumento principal
Mises	Cálculo Econômico em um regime socialista	Socialistas Marxistas	Impossibilidade de calcular sem preços em moeda para refletir as preferências subjetivas dos agentes.
Hayek	Cálculo Econômico em um regime socialista	Socialistas Neoclássicos	Necessidade de preços em moeda para comunicar conhecimento fragmentado entre os agentes.

### 1.3 Mises e Hayek após o debate do cálculo econômico

Antes de publicar *Human Action*, observa Vaughn (1998), Mises decidiu deixar a Áustria e, posteriormente, a Suíça devido ao avanço das tropas alemãs no contexto do início da Segunda Guerra Mundial e chegou aos Estados Unidos em 1940, onde, por conta de suas ideias sobre a impossibilidade do socialismo e inconsistência do intervencionismo, não conseguiria o reconhecimento acadêmico que tinha em sua terra e se isolaria do debate.

No entanto, pondera Vaughn (1998), a mudança de Mises para os Estados Unidos marcaria o início de sua influência sobre um movimento liberal que surgia, o que geraria, na década de 1970, o reavivamento da Escola Austríaca. Nesse cenário, *Human Action*, publicado em 1949, foi uma retomada dos principais trabalhos de Mises e uma consolidação de seu método de investigação a partir de teorias apriorísticas, isto é, que não estariam sujeitas à falsificação por testes empíricos.

Assim, para caracterizar a economia de mercado, [Mises \(2004\)](#)<sup>a</sup> recorre ao que chama de uma “construção imaginária”, isto é, uma idealização que não corresponde ao mundo real, e



pressupõe a existência de divisão do trabalho, propriedade privada e troca de bens e serviços, sem a obstrução de fatores institucionais. Essas trocas de bens e serviços, observa [Mises \(2004\)<sup>b</sup>](#), continuam ocorrendo até que se atinja um estado em que nenhuma troca seja possível, ou seja, a ação visa a um estado que prescindia de outras ações, chamado de “estado final de repouso”.

Mas esse estado é apenas um “tipo ideal”, ou seja, existe apenas no contexto da construção imaginária, uma vez que, segundo [Mises \(2004\)<sup>c</sup>](#), as incessantes mudanças de valorações são fatos desestabilizadores que alteram o estado a que a economia se dirige. Dessa forma, Mises (2004) critica as abordagens que, ao considerar o equilíbrio como uma entidade real, acabam descaracterizando o mercado como um processo formado por mudanças e negligenciando a atividade empresarial, responsável por essas mudanças, pois ignoram que ela não é guiada por considerações de preços de equilíbrio, mas sobre preços futuros que resultarão de mudanças nos dados econômicos.

Pouco mais adiante no mesmo livro, Mises (2004) define a escassez de capital como uma situação em que o agente está mais distante de atingir o objetivo desejado por não ter começado a persegui-lo antes e explica que, como a noção de mudança implica a de sequência temporal, ninguém pode ser neutro em relação ao tempo, já que o futuro é sempre desconhecido e a ação é sempre especulativa e executada em um cenário de incerteza.

Desse modo, sintetiza Mises (2004), a escassez de capital é uma carência de tempo e, ao projetar um estado futuro, o agente sente um desconforto no presente e que, nessa situação, os bens de capital (bens de ordem superior) são etapas intermediárias para se atingir um determinado objetivo, que pode mudar. Caso mude, ressalta Mises (2004), nem sempre será possível usar os recursos disponíveis para adequar o plano ao novo objetivo, pois isso dependerá do grau de convertibilidade do bem de capital utilizado, que jamais será perfeito.

Desse modo, Mises (2004) afirma que as incessantes mudanças no conhecimento tecnológico e na demanda dos consumidores afetam os planos que dirigem o curso da produção, de modo a forçar os agentes a considerar a possibilidade de alterar o uso dos bens de capital. Esse tipo de consideração é influenciado pelo passado, pois, segundo Mises (2004), os bens de capital, cujo grau de convertibilidade é imperfeito, forçam os indivíduos a ajustarem suas ações às condições resultantes de sua própria conduta anterior e das condutas das gerações passadas.

Com todas essas explicações, *Human Action* aprimorou o argumento de Mises sobre a impossibilidade do cálculo econômico em um sistema socialista, pois a ideia de convertibilidade imperfeita demonstra que as decisões de produção são limitadas pela escassez de bens de capital, de modo que apenas a atividade empresarial pode avaliar se os produtos intermediários

disponíveis, fabricados em conformidade com planos anteriores, podem atingir outros fins, isto é, qual será a forma mais lucrativa de ajustar os processos de produção ao caráter específico desses bens de capital.

Assim, ao definir a ação como uma especulação e destacar a importância da atividade empresarial para lidar com o cenário de incerteza, Mises determina, em *Human Action*, que as teorias que seguem os princípios da Praxiologia, definida como a ciência da ação humana que investiga a adequação dos meios escolhidos para atingir determinados fins, possibilitam a previsão dos resultados de vários tipos de ação com certeza apodítica, isto é, não hipotética, ainda que os níveis em que esses resultados se manifestarão estejam sujeitos aos métodos do “entendimento”, ou seja, às observações particulares do contexto em questão por parte do historiador.

Essa separação Misesiana entre os campos da teoria e da história foi mais bem fundamentada em *Theory and History*, de 1957, em que Mises explica a natureza do valor e suas implicações para uma análise científica do comportamento humano. Nessa obra, Mises passou a caracterizar o “entendimento” como matéria do campo da “timologia”, isto é, como relacionado ao conhecimento específico do meio social em que um homem vive e age, consistindo em uma combinação entre introspecção e observação histórica.

Em consonância com sua leitura das obras de Hayek como coerentes entre si, isto é, de que não houve uma “transformação” na sequência de seus trabalhos, [Lewis \(2014\)](#)<sup>b</sup> argumenta que a abordagem de Hayek não é bem descrita pelo termo “individualismo metodológico”, pois este rótulo está relacionado à ideia de que os fenômenos sociais podem ser explicados apenas em termos das ações de indivíduos isolados.

Para [Lewis \(2014\)](#)<sup>c</sup>, a explicação de Hayek sobre a ordem socioeconômica trata de indivíduos moldados a partir de estruturas sociais existentes, sendo, portanto, mais bem classificada como um exemplo de “individualismo institucional”. Esse conceito de individualismo institucional é mais claramente identificado na argumentação de [Hayek \(1967\)](#)<sup>a</sup> de que existem limitações relacionadas à evolução das sociedades, com a ponderação de que, como não reconhece as limitações dos poderes da razão consciente, o racionalista “construtivista”, em uma atitude de “abuso da razão”, passa a ignorar regras morais existentes meramente porque seu desenvolvimento não pode ser racionalmente demonstrado.

Essa ideia de “abuso da razão” havia sido desenvolvida a partir de um projeto a que Hayek passou a se dedicar ainda na década de 1940, quando já estava na *London School of Economics*. De acordo com [Caldwell \(2008\)](#)<sup>c</sup>, o conceito de planejamento estava em voga na Inglaterra da década de 1930 como uma reação às ameaças socialistas e nazi-fascistas e como

uma conclusão intelectual sobre a crise de 1929, não só no campo econômico, mas também nos campos moral e político.

Assim, de acordo com Caldwell (2008), as ideias centrais de Hayek no projeto *Abuse of Reason* eram que o esforço individual seria a melhor maneira para a coordenação efetiva e que só quando a democracia está aliada à liberdade de escolha inerente a um sistema de mercado, ela tem chance de sobreviver, o que seria o tema principal do livro *The Road to Serfdom*, de 1944.

Nesse contexto, [Hayek \(1979\)](#)<sup>a</sup> afirma que os avanços da teoria econômica necessitam da aplicação consistente do subjetivismo, pois, a não ser que se possa entender o que as pessoas querem dizer com suas ações, qualquer tentativa de submetê-las a regras que conectam situações similares entre si, conforme a abordagem que Hayek chamava de “cientificista”, falhará em explicar situações reais.

Com base nesse argumento, já em sua proposta de estabelecer condições empíricas para o estudo dos fenômenos sociais, [Hayek \(1967\)](#)<sup>b</sup> ressalta, sob a adequabilidade das predições nas ciências, que, quando elas se limitam a alguns atributos gerais do que se julga provável que aconteça, há pouco a se fazer para controlar os desenvolvimentos dos fenômenos. No entanto, esclarece [Hayek \(1967\)](#)<sup>c</sup>, esse conhecimento de que tipos de eventos são esperados ajuda a tornar a ação mais eficaz, pois, mesmo que não se possam controlar as circunstâncias externas, é possível adaptar as ações a elas.

Ao propor que as teorias deveriam procurar fornecer apenas uma explicação dos tipos de padrões que irão aparecer quando certas condições gerais forem satisfeitas, em vez de buscar a descrição de circunstâncias particulares, Hayek pôde defender melhor o argumento de que, para aproveitar as forças do mercado, uma política econômica racional deve limitar-se a criar as condições em que o mercado funcionará tão bem quanto possível, sem visar influenciar ou orientar deliberadamente as atividades individuais. Nesse caso, o termo “racional” se refere ao que ele denomina “racionalismo crítico”, ou seja, o racionalismo que reconhece o papel das instituições e das regras implícitas na limitação do poder da razão humana.

Nesse ponto, é importante ressaltar que Hayek (1967) caracteriza a defesa de um sistema de economia centralizada como fruto de um racionalismo construtivista ou do “abuso da razão”, enquanto, para Mises (2004), as doutrinas que sustentavam a possibilidade desse tipo de organização social não eram racionais, já que seus defensores se equivocavam sobre determinadas questões teóricas e, para justificar suas ideias, contestavam a própria existência de leis econômicas universais, agindo com uma “revolta contra a razão”.

De certa forma, esse enfoque diferente pode ser entendido como mera divergência na conotação da palavra “razão”. No entanto, é notável que Mises caracterizava a ordem social como fruto da razão humana no sentido de que, mesmo sem ter criado intencionalmente as instituições existentes, o homem só as usaria a seu favor quando reconhecesse que elas constituem um meio apropriado para atingir os fins desejados. Hayek, por outro lado, parecia minimizar o protagonismo da razão humana na transformação do mundo de modo intencional e de acordo com a maneira planejada.

No entanto, destaca-se também que, em *Theory and History*, [Mises \(1985\)](#) diferencia o “determinismo fatalista”, que considera a razão como um atributo divino infalível, do “determinismo ativista”, que reconhece que a ação é possível dentro de uma margem definida pela estrutura das circunstâncias históricas e das leis universais, configurando uma distinção semelhante à que Hayek faz entre “racionalismo construtivista” e “racionalismo crítico”.

TABELA 3: MISES E HAYEK APÓS O DEBATE DO CÁLCULO ECONÔMICO:

Autor	Método de investigação	Ideia de Previsão	Ação Racional
Mises	Praxiologia	Certeza apodítica a priori. Níveis dos resultados determinados pelo entendimento.	Homem age com vista a determinados fins de acordo com as regularidades observadas.
Hayek	Pura Lógica da Escolha e Teoria sobre Comunicação do Conhecimento	Previsão de padrões com elevado nível de generalidade.	Formações espontâneas delimitam a medida em que o homem pode agir racionalmente.

#### 1.4 Isolamento e reavivamento da Escola Austríaca

De acordo com [Barbieri \(2008\)](#), o declínio que a Escola Austríaca sofreu após o debate do cálculo econômico socialista também está relacionado à consolidação da Revolução Keynesiana. Nesse contexto, as teorias Austríacas caíram no esquecimento e só recuperariam parte de sua relevância acadêmica após um conjunto de questionamentos ao consenso.

Vaughn (1998) explica que Rothbard foi um dos grandes responsáveis pela relevância que adquiriram as publicações e os seminários de Mises nos Estados Unidos. Segundo Vaughn (1998), para defender a hipótese de que os mercados se ajustam rapidamente sem intervenção do Estado, Rothbard recorreu ao conceito de equilíbrio e que, portanto, o que o diferenciava dos Neoclássicos não eram seus postulados sobre o mecanismo de funcionamento do mercado, mas sua defesa mais enfática da não obstrução deste.

Adicionalmente, Vaughn (1998) explica que os outros autores que assumiriam a tarefa de resgatar o protagonismo da Escola Austríaca a partir de uma perspectiva menos doutrinária em relação à de Rothbard, ainda que com abordagens distintas e, em certos pontos, conflitantes, foram Israel Kirzner e Ludwig Lachmann. De acordo com Vaughn (1998), Kirzner buscou inserir os trabalhos de Mises no contexto da comunidade acadêmica *mainstream* e, com o livro *Competition and Entrepreneurship*, de 1973, contribuiu para o renascimento da Escola Austríaca e, assim como Rothbard, recorreu à ideia de equilíbrio.

No citado livro, [Kirzner \(2015\)](#)<sup>a</sup> explica que o papel do empresário na economia de mercado não é apresentado pelas teorias baseadas no Equilíbrio Geral Neoclássico com o devido reconhecimento, pois estas não o caracterizam como a força motriz de todo o processo, recorrendo ao modelo de “competição perfeita”. Em conformidade com os argumentos de Mises em *Human Action*, [Kirzner \(2015\)](#)<sup>b</sup> atribui a tendência do mercado a se aproximar do equilíbrio à presença do elemento empresarial.

Dessa forma, Kirzner estende esse conceito e defende a ideia de que qualquer um é empresário potencial, já que essa atividade é essencialmente competitiva e está associada à capacidade de usar seu “estado de alerta” para “descobrir” oportunidades de lucro, de modo que, direcionando o mercado ao equilíbrio, ele esgota essa fonte de lucro. Assim, identifica-se uma intenção de inserir na lógica Neoclássica as ideias de Mises sobre a atividade empresarial no cenário de incerteza e de Hayek sobre o processo de descoberta de oportunidades no contexto de um mercado competitivo e suas consequências não intencionais de comunicação do conhecimento e surgimento de instituições e regras coerentes.

Com a intenção oposta à de fazer essa aproximação entre os Austríacos e os Neoclássicos, Lachmann propôs, de acordo com Vaughn (1998), um subjetivismo “radical”, estendido das preferências humanas para as expectativas e reconhecendo o tempo como a dimensão de toda a mudança, de modo a tornar impossível prever qualquer estado futuro, e reforçou a defesa do individualismo metodológico, ou seja, rejeitou formulações teóricas cuja origem não fosse identificada na mente do indivíduo.

Essa abordagem de Lachmann, apesar de propor uma diferenciação da iniciativa de Kirzner, pode ser entendida, da mesma forma, como uma tentativa de resgatar contribuições originais de Mises, como o individualismo metodológico e a passagem do tempo como justificativa para a incerteza, e conciliá-las com a questão do conhecimento e da aplicação consistente do subjetivismo, propostas por Hayek.

A diferença mais aparente é que Kirzner focou mais na atividade empresarial para se referir ao conceito de equilíbrio, usado pelos Neoclássicos, enquanto Lachmann, ao negar que houvesse, a qualquer momento, uma tendência ao equilíbrio, considerava a incerteza como um elemento que invalida a pertinência da teoria Neoclássica para explicar o mundo real marcado por mudanças.

TABELA 4 - EXPOENTES DO REAVIVAMENTO DA ESCOLA AUSTRÍACA:

Autor	Baseado em Mises?	Baseado em Hayek?	Trabalhou com a ideia de Equilíbrio?
Kirzner	Sim	Sim	Sim
Lachmann	Sim	Sim	Não
Rothbard	Sim	Não	Sim

## 2 O DEBATE: DO REAVIVAMENTO DA ESCOLA AUSTRÍACA À CONSOLIDAÇÃO DA DIVISÃO

Nesta seção, será apresentado o debate sobre a conveniência, para o legado da Escola Austríaca, de se estabelecer uma desomogeneização entre Mises e Hayek e de se discutir a viabilidade de identificar uma transformação na sequência dos trabalhos dos autores. Primeiramente, serão apresentados dois trabalhos considerados aqui como o pré-debate, pois, apesar de terem sido publicados um pouco antes do que será considerado o debate sobre a desomogeneização, eles já antecipavam pontos importantes desse assunto. Tais trabalhos são o *Praxeology and Understanding*, de George Selgin, e o *Economics of Time and Ignorance*, de Gerald O' Driscoll Jr. e Mario Rizzo.

Em seguida, serão apresentados, em seções distintas, os argumentos dos grupos favoráveis e desfavoráveis à visão desomogeneizada entre Mises e Hayek, estabelecendo os dois lados do debate com dois protagonistas cada, sendo Boettke e Kirzner os defensores da homogeneização de Mises e Hayek; e Rothbard e Salerno os defensores da desomogeneização. Os argumentos mais explorados serão os de Boettke e Salerno devido ao fato de eles representarem o recorte mais recente da Escola Austríaca. A inserção de Kirzner e Rothbard nos grupos do debate se justifica pela importância desses nomes no citado reavivamento da Escola Austríaca. No caso, apenas Lachmann ficou de fora, pois ele viria a falecer em 1990, isto é, pouco depois do início da discussão, em 1988.

## 2.1 O pré-debate: abordagens relacionadas à discussão sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek

Os trabalhos *Economics of Time and Ignorance*, de Gerald O' Driscoll Jr. e Mario Rizzo, publicado em 1985, e *Praxeology and Understanding*, de George Selgin, publicado em 1988, apesar de não elaborarem argumentos explícitos referentes ao debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek e não serem mencionadas nos artigos que compõem tal debate, anteciparam pontos importantes que seriam abordados por Boettke, Kirzner, Rothbard e Salerno.

Na interpretação deste trabalho, Selgin levantou questões pertinentes sobre a controvérsia entre Kirzner e Lachmann referentes à existência de tendência ao equilíbrio em um sistema econômico e, ao se posicionar contra os argumentos dos dois autores, esclareceu sua interpretação do que seriam as ideias originais de Mises sobre o papel da Praxiologia.

Do mesmo modo, Selgin apresenta uma visão sobre Hayek, principalmente após o artigo “Economics and Knowledge”, bastante semelhante ao dos defensores da desomogeneização, isto é, de que esse trabalho teria representado o início de sua ruptura com Mises, particularmente porque teria argumentado contra a validade da Praxiologia, chamada por Hayek de “pura lógica da escolha”, como instrumento de investigação do sistema econômico.

Em contraste, O' Driscoll Jr. e Rizzo, também na interpretação deste trabalho, tomaram uma atitude conciliatória em relação à controvérsia que envolveu Kirzner e Lachmann sobre a existência de uma tendência ao equilíbrio em um sistema econômico e criaram um novo conceito, chamado de “coordenação de padrões”, para inserir as contribuições destes dois autores em uma nova proposta de unificação da abordagem Austríaca sobre teoria econômica, o que, indiretamente, apresentou argumentos a favor da visão homogeneizada entre Mises e Hayek.

De acordo com [Selgin \(1990\)<sup>a</sup>](#), a ação no mercado, para ser racional, necessita da possibilidade de os agentes anteciparem o comportamento uns dos outros, de forma que a ideia de ação “proposital” pressupõe a aceitação do que Mises chamara de “determinismo ativista”, isto é, de que o universo impõe certas regularidades que, para poder agir, o homem precisa entender.

A partir disso, [Selgin \(1990\)<sup>b</sup>](#) cita o debate entre Kirzner e Lachmann sobre a existência ou não de uma tendência ao equilíbrio, sendo que o primeiro defendia que sim e o segundo que não. No entanto, [Selgin \(1990\)<sup>c</sup>](#) explica que sua visão sobre essa questão contrasta com as de ambos, pois nenhuma delas seria “consistentemente subjetiva”, e, pelo mesmo motivo, se distingue da de Hayek, que teria proposto uma “solução empírica”.

De acordo com Selgin (1990), a noção praxiológica de equilíbrio considera o lucro e a perda empresariais como fenômenos subjetivos, isto é, sem base objetiva fora das mentes dos

participantes do mercado. Dessa forma, argumenta Selgin (1990), por definição, a própria ação leva à eliminação sistemática dos lucros e perdas empresariais, ou seja, equilibra o sistema, o que não é explicado pelo estado do conhecimento dos participantes do mercado, pois este só deveria ser discutido na questão da coordenação, distinta da do equilíbrio e que está fora do âmbito da Praxiologia.

Essa exposição sobre as críticas de Selgin em relação a Kirzner e Lachmann por supostamente não adotarem abordagens suficientemente subjetivas é importante para entender as críticas que ele faz a Hayek na questão da teoria da aquisição do conhecimento e na definição dos níveis de investigação econômica. Para Selgin (1990), o cálculo econômico vincula a ação à satisfação dos empresários aos desejos dos consumidores, fazendo com que aqueles percebam as necessidades destes como se fossem os meios para o cumprimento de seus próprios fins.

A partir disso, Selgin já adianta o argumento mais fundamental dos defensores da desomogeneização entre Mises e Hayek, a saber, a distinção entre o problema do cálculo, desenvolvido pelo primeiro, e o do conhecimento, introduzido pelo segundo. Em sequência, Selgin (1990) aponta uma ruptura de Hayek com a abordagem praxeológica a partir do artigo *Economics and Knowledge*, de 1937, em que ele admitiu que a teoria econômica possuísse um componente formal, chamado de “pura lógica da escolha”, mas considerou que sua significância estivesse circunscrita ao contexto analisado.

De acordo com [O’ Driscoll Jr. e Rizzo \(1996\)<sup>a</sup>](#), a mecânica da otimização e os pressupostos de equilíbrio não são consistentes com uma análise em que a incerteza, implícita em um processo em que há passagem do tempo, é levada em consideração. No entanto, os autores admitem que a atividade empresarial só pode existir quando há algum grau de previsibilidade, o que não ocorre em uma concepção de incerteza radical.

A partir desse dilema, [O’ Driscoll Jr. e Rizzo \(1996\)<sup>b</sup>](#) propõem uma construção de equilíbrio alternativa, a saber, a coordenação de padrões, que é consistente com a incerteza endógena ao que eles chamam de “tempo real”, em oposição ao “tempo newtoniano”, adotado nos modelos padrão de equilíbrio como algo que não pressupõe a mudança irreversível.

Assim, [O’ Driscoll Jr. e Rizzo \(1996\)<sup>c</sup>](#) explicam que os processos de mercado, em um contexto de ignorância em relação ao futuro, consistem, ao mesmo tempo, na otimização do comportamento proposital e na adoção de regras, o que, por sua vez, está relacionado ao papel social das instituições.

O’ Driscoll Jr e Rizzo (1996) buscam levar em conta as forças de desequilíbrio porque as consideram frutos de erros, ou seja, admitem que existe uma solução implícita contida nos dados econômicos, o “estado final de repouso” a que Mises se refere, mas querem explicar por que essa



solução não se concretiza a partir de processos endógenos ao sistema e descobrir as condições de cooperação necessárias para justificar uma tendência ao equilíbrio, mesmo diante de erros.

Dessa forma, O' Driscoll Jr e Rizzo (1996) partem da proposta Hayekiana de teorização sobre as condições em que há tendência à comunicação do conhecimento, para criarem maior coerência na teoria do empresário descobridor de Kirzner e, portanto, no empresário promotor de Mises, de acordo com a consideração da incerteza radical, conforme discutida por Lachmann, a quem, é conveniente destacar, os autores dedicaram o livro.

Enquanto Kirzner segue Hayek, na hipótese coordenadora do mercado por meio da descoberta de oportunidades e da comunicação do conhecimento, e Mises, na abordagem do papel da atividade empresarial para que essa coordenação se concretize, [Lachmann \(1998\)](#) defende que, do mesmo modo que as coordenadoras, as tendências descoordenadoras se apresentam no processo de mercado, que se caracteriza como um processo contínuo de interação entre as forças de mudança.

Portanto, a fim de complementar as teorias de Kirzner e Lachmann, O' Driscoll Jr e Rizzo (1996) admitem que, em uma visão dinâmica, as instituições desenvolvidas pelo mercado são coordenadoras em relação a técnicas, mas não a fatos específicos, ou seja, há “coordenação de padrões”.

Assim, ao tentarem conciliar o subjetivismo e a incerteza radicais de Lachmann com a teoria empresarial de Kirzner, que idealiza um processo de “descoberta”, os autores relaxam as divergências entre os supostos paradigmas de Mises e Hayek, pois o conceito de ação proposital do primeiro é mantido na hipótese de que os empresários promovem intencionalmente a coordenação do mercado em direção a um estado final de repouso, enquanto a evolução espontânea das instituições, explicada pelo segundo, está contida na observação de que os agentes seguem “regras de bolso” (*rules of thumb*) para tornar seu comportamento mais previsível.

Portanto, quando atribuem à “descoberta empresarial” o papel de preencher lacunas de coordenação no sistema, O' Driscoll Jr. e Rizzo (1996) admitem que essa coordenação é uma consideração apriorística, conforme defende Mises, mas que o grau de coordenação depende da eficiência de elementos institucionais que limitam a esfera das ações, conforme defende Hayek.

Adicionalmente, o conceito de coordenação de padrões, ao englobar a explicação de Kirzner sobre a atividade empresarial que estabelece uma tendência de equilíbrio dinâmico e subjetivo para o sistema, implica a rejeição à proposta de Selgin de diferenciar o conceito de equilíbrio, que seria praxeológico, do de coordenação, que estaria no campo do entendimento, o que está ligado ao objetivo implícito do autor de defender o que ele entende ser uma visão

puramente Misesiana da Praxiologia, isto é, que não inclui as discussões de Hayek sobre a teoria de aquisição do conhecimento.

Nesse sentido, O’ Driscoll Jr. e Rizzo (1996) apontaram, antes mesmo do debate sobre a desomogeneização, a pertinência de uma visão homogeneizada ou complementar entre os trabalhos de Mises e Hayek e uma visão unificada da Escola Austríaca como um todo.

TABELA 5 – O PRÉ-DEBATE:

Autores	Equilíbrio	Coordenação
Selgin	Existe a priori como resultado de qualquer ação racional.	Diferente do Equilíbrio. Pertence ao campo do Entendimento.
O’ Driscoll Jr. e Rizzo	Está sujeito ao arranjo institucional que permite a ação equilibrante.	Igual ao Equilíbrio. Existe em relação a padrões propiciados pelo arranjo institucional.

## 2.2 A defesa da desomogeneização: dois paradigmas

Propondo uma distinção entre as abordagens de Mises e Hayek, mais especificamente no tratamento do conceito de “razão”, [Salerno \(1990<sup>o</sup>\)](#) defende a ideia de que Mises foi um “racionalista social”, isto é, de que sua visão era que todas as interações sociais surgem como produto da razão humana consciente, que se configura como o dado irreduzível. Em contraste, explica Salerno (1990), ao definir a ordem social como “espontânea”, em vez de “racional”, Hayek argumentava que a função social do sistema de preços seria facilitar o uso do conhecimento na sociedade, afastando-se da concepção apresentada por Mises de que essa função consiste em possibilitar o uso do cálculo monetário.

Baseando-se nas explicações de Mises sobre a origem do dinheiro, em *Theory of Money and Credit*, Salerno (1990) usa a ideia de que os preços passados não podem conter o conhecimento relevante para os planos de produção orientados para o futuro para questionar a teoria de Hayek sobre aquisição de conhecimento. Dessa forma, nessa interpretação, ainda que do “mesmo lado” de Mises no debate sobre a viabilidade de um regime socialista, Hayek considerava que esse sistema seria possível se os planejadores tivessem perfeito conhecimento das escalas de valor dos indivíduos, enquanto Mises defendia que, ainda que houvesse conhecimento perfeito, o problema crucial do socialismo, isto é, o do cálculo monetário, permaneceria insolúvel devido à ausência de preços.

Ainda sobre o conceito de “racionalismo social”, Salerno (1990) reafirma que, ainda que entendesse que as instituições não tivessem sido criadas de forma deliberada, Mises as considerava produto de planejamento intencional, cujas ações são continuamente moldadas pelas

mudanças inerentes à passagem do tempo. Dessa forma, Salerno (1990) diferencia a visão de Mises, um “racionalista social”, da dos que ele chama de “racionalistas ingênuos”, segundo os quais a sociedade, a ordem legal e as instituições se desenvolvem em conformidade com o planejamento de indivíduos completamente cientes de suas metas e das maneiras mais adequadas de alcançá-las.

Em conformidade com sua caracterização de Mises como um “racionalista social”, [Salerno \(1993<sup>c</sup>\)](#) argumenta que o termo “Economia Austríaca” pode se referir a dois paradigmas completamente distintos. Ele explica que o Hayekiano, que deriva dos trabalhos de Friederich von Wieser, trata da fragmentação do conhecimento agregado entre consumidores e produtores individuais, enxergando o sistema de preços de mercado como o meio de comunicação desses fragmentos entre eles.

De forma distinta, segundo Salerno (1993), o paradigma Misesiano se desenvolveu a partir do pensamento de Eugen von Böhm-Bawerk, que, nessa interpretação, se baseia na ideia de que a propriedade privada dos bens de capital e, conseqüentemente, os preços de mercado necessários para a alocação racional dos recursos em um sistema econômico baseado na divisão do trabalho.

Salerno (1993) argumenta que a perspectiva de Kirzner de “descoberta” tem sua origem no conceito Hayekiano de disseminação do conhecimento inicialmente disperso entre agentes em direção a uma coordenação *ex-ante* de seus planos. Em contraste, Salerno (1993) considera que, dada a importância que Mises atribui à escolha intencional, é difícil imaginar que ele concordaria com uma visão do processo de mercado a partir de um empresário que não escolhe, ou seja, que apenas descobre o que estaria pré-determinado.

Na mesma linha de Salerno, [Rothbard \(1991\)<sup>b</sup>](#) retoma a discussão sobre as distintas posições de Mises e Hayek no debate sobre o cálculo econômico socialista, argumentando que a posição de Mises sobre o cálculo econômico emergiu de *The Theory of Money and Credit*, com a ideia de que, por serem ordinais, as avaliações subjetivas dos consumidores não podem ser medidas, enquanto os preços de mercado permitem que os bens sejam comparados de maneira cardinal.

Para [Rothbard \(1991\)<sup>c</sup>](#), a distinção do argumento Hayekiano surge de um erro de interpretação do de Mises sobre a “impossibilidade” do socialismo, dando origem à discussão do problema do conhecimento, que seria mais bem resolvido pelos sinais contidos no sistema de preços.

Em consonância com Salerno (1993), Rothbard (1991) argumenta que a ideia de descoberta, usada por Hayek e Kirzner, é incompatível com a ideia de que o empresário toma riscos em um cenário de incerteza, podendo angariar lucros ou perdas, e sugere, portanto, que a explicação de Mises sobre o caráter especulativo da ação humana, desenvolvida já a partir de *Human Action*, ratificou seu argumento anterior sobre a impossibilidade do cálculo econômico em um sistema sem propriedade privada dos bens de capital.

Essa ligação que Rothbard faz entre os primeiros trabalhos de Mises e o *Human Action* era uma resposta direta ao argumento, exposto por [Kirzner \(1988\)](#)<sup>b</sup>, de que Mises teria mudado sua explicação de um contexto estático para um dinâmico.

### 2.3 A defesa da homogeneização: Mises e Hayek como o núcleo da Escola Austríaca

Diferentemente de Salerno e Rothbard, Boettke (1998) considera que o argumento Misesiano do cálculo econômico racional foi a fonte do argumento do conhecimento de Hayek e que as diferenças entre os dois autores são menos importantes do que as que ambos impuseram em relação ao conjunto de pesquisa dos demais economistas teóricos do século XX.

Nessa linha, [Boettke \(1998\)](#)<sup>a</sup> justifica que a diferença entre as apresentações dos dois autores é uma função das audiências intencionadas de cada um, já que a de Mises era distante da profissão acadêmica de economia, enquanto a de Hayek era composta por economistas acadêmicos que levantam críticas ao trabalho de Mises. [Boettke \(1998\)](#)<sup>b</sup> explica, então, que Hayek considerava estar seguindo um argumento Misesiano, inicialmente dirigido a Marxistas como Otto Neurath e Otto Bauer, e aplicando-o para novos oponentes para socialistas Neoclássicos, como Oskar Lange e Abba Lerner.

Nessa interpretação conjunta dos argumentos de Mises e de Hayek, [Boettke \(1998\)](#)<sup>c</sup> coloca no mesmo plano a questão da transmissão do conhecimento, discutida por Hayek, e a questão do cálculo monetário, apresentada por Mises, o que se justifica, em parte, pelo fato de que Hayek cita Mises como ponto de partida nessa discussão. Mas, como o debate sobre a desomogeneização passa, em alguns pontos, pela discussão sobre uma transformação de Hayek, destaca-se a caracterização de [Boettke \(1990\)](#)<sup>b</sup> sobre os trabalhos mais antigos de Hayek, mais restritos à economia, como uma preparação para seus trabalhos em teoria social, mantendo a preocupação com a ideia de “processo”.

A partir disso, explica [Boettke \(1990\)](#)<sup>c</sup>, Hayek passou a argumentar que a concepção de regras de conduta “justas” é fruto, ao mesmo tempo, de diálogos propositais entre os indivíduos e de regras implícitas que eles respeitam em uma sociedade antes que o acordo seja articulado de

forma deliberada. Nesse ponto, ainda que defendendo a desomogeneização, a caracterização que Salerno (1990) faz de Mises como um racionalista social é semelhante a essa que Boettke (1990) faz de Hayek. Mas, em contraste a Salerno (1990), Boettke (1990) argumenta ainda que o trabalho de Hayek pode ser mais bem compreendido como uma contínua tentativa de explicitar, refinar e complementar as ideias de Mises.

Para justificar essa afirmação, Boettke (1990) explica que as vastas contribuições de Mises à ciência econômica derivaram da aplicação do subjetivismo, desde *The Theory of Money and Credit*, de 1912, em que já se encontrava a conexão entre propriedade privada, cálculo monetário e o processo dinâmico de mercado. Dessa forma, na leitura de Boettke (1990), a pesquisa de Hayek, ao longo de sua carreira, foi baseada nessa perspectiva subjetivista de Mises, de modo a chegar sobre as mesmas conclusões sobre a habilidade do processo de mercado para suprir o conhecimento econômico necessário para a bem sucedida coordenação de planos e sobre a impossibilidade do socialismo e a inefetividade do intervencionismo em promover tal coordenação.

Em oposição a Boettke, apesar de também defender uma visão homogeneizada entre Mises e Hayek, [Kirzner \(1988\)](#)<sup>c</sup> observa uma transformação de Hayek a partir do debate do cálculo econômico. No entanto, ele defende que essa transformação não foi exclusividade de Hayek, pois o próprio Mises, pelas mesmas motivações, teve de reformular sua caracterização do sistema de preços e da atividade empresarial, de forma a especificar com mais clareza a distinção entre as abordagens de Menger e Walras sobre o mercado e, conseqüentemente, entre os Neoclássicos e os Austríacos.

Assim, Kirzner (1988) considera que, inicialmente, Mises e Hayek não percebiam o que diferenciava suas abordagens da dos Neoclássicos, a saber, a ênfase no processo e no papel mobilizador do sistema de preços para guiar os empresários à descoberta de oportunidades de lucro, com maior enfoque no processo dinâmico, em vez de na alocação estática. Para Kirzner (1988), portanto, mais do que uma transformação, o debate sobre o cálculo econômico representou para Mises, Hayek e, posteriormente, para outros Austríacos uma oportunidade de “autocompreensão”.

Especificamente, Kirzner (1988) pondera que, no contexto do debate do cálculo econômico, Mises não havia citado explicitamente os problemas levantados pela mudança de dados de uma forma que apresentasse os mercados como processos de descoberta em andamento. Por outro lado, Kirzner (1988) destaca que, em *Nationalökonomie*, publicado em 1940 como uma primeira edição do que se tornaria, em 1949, o livro *Human Action*, Mises enfatizou a

importância de ver o mercado como um processo empresarial, enquanto Hayek, no mesmo ano, chamou a atenção para os problemas de coordenação entre planos individuais, que, por meio da comunicação do conhecimento possibilitada pelo mercado, são superados com sucesso.

Assim, Kirzner (1988) defende que houve uma mudança nos dois autores a partir do debate do cálculo econômico e que, portanto, não faz sentido estabelecer uma divisão de paradigmas, sendo mais coerente, então, uma definição mais clara do paradigma Austríaco em relação ao Neoclássico, que, no contexto do debate do cálculo econômico, por tratar de questões estáticas, serviu aos argumentos dos socialistas.

TABELA 6 – DEBATE SOBRE A DESOMOGENEIZAÇÃO ENTRE MISES E HAYEK:

Autor	Posicionamento	Transformação de Mises?	Transformação de Hayek?	Problemas do Conhecimento e do Cálculo e Econômico
Boettke	Homogeneização	Não	Não	Iguais
Kirzner	Homogeneização	Sim	Sim	Iguais
Rothbard	Desomogeneização	Não	Sim	Diferentes
Salerno	Desomogeneização	Não	Sim	Diferentes

## 2.4 A extensão e o desgaste do debate

Retomando-se o contexto do debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek, é possível observar como os argumentos começaram a se repetir até que o tema fosse deixado de lado, com ambos os lados considerando ter estabelecido a palavra final sobre o assunto. Nesse sentido, destacam-se a contestação de Leland [Yeager, em 1994<sup>b</sup>](#), à proposta de desomogeneização exposta por Joseph Salerno, os comentários adicionais que, no mesmo ano, este fez em resposta às críticas daquele e a tréplica do primeiro em 1997.

Em 1994, um ano após a publicação do artigo de Salerno sobre a desomogeneização de Mises e Hayek, Yeager publicou uma réplica e, dirigindo uma crítica conjunta às interpretações de Murray Rothbard, Joseph Salerno e Jeffrey Herbener sobre os argumentos do cálculo econômico, de Mises, e o problema do conhecimento, de Hayek, deu sequência a uma discussão em que os argumentos se repetiriam e pouca disposição a conceder ao outro lado pôde ser observada.

Na interpretação de [Yeager \(1994\)<sup>c</sup>](#), como Mises reconheceu que o planejamento centralizado seria possível em uma pequena economia doméstica, mas não em uma economia social grande e complexa, sem a ajuda do cálculo monetário, sugere-se que, para Mises, o

problema do cálculo econômico socialista significaria mais do que a dificuldade de se realizar um exercício aritmético, pois incluiria também a questão do uso do conhecimento fragmentado, conforme caracterizaria Hayek.

Nesse sentido, Yeager (1994) lembra que, segundo Hayek, os argumentos de Mises nem sempre foram facilmente compreendidos e que, por isso, o aspecto do conhecimento, implícito na formulação do último, só se tornaria explícito a partir dos escritos do primeiro.

No mesmo ano, Salerno respondeu a essa crítica com a alegação de que, assim como Hayek, Yeager se baseava em conceitos Neoclássicos de Equilíbrio Geral e alocação ótima de Pareto para argumentar que a os problemas do cálculo econômico e do uso do conhecimento seriam equivalentes. Assim, de acordo com [Salerno \(1994\)<sup>b</sup>](#), não é correta a leitura que Yeager faz de seu artigo sobre a desomogeneização de Mises e Hayek, especialmente quando ele diz que tal artigo reduz o problema do cálculo a uma questão aritmética, quando, segundo [Salerno \(1994\)<sup>c</sup>](#), ele se refere a uma questão de “apreciação” de condições futuras.

Na interpretação de Salerno (1994), Yeager (1994) caracteriza os preços do mercado como uma variante do “conhecimento perfeito” que os teóricos Neoclássicos assumem a todos os participantes do mercado, de forma que, para que os preços desempenhem a função de disseminação do conhecimento fragmentado, é necessário que a economia esteja em um estado em que a incerteza e a atividade empresarial estão ausentes, de modo que os preços atuais se tornam um guia para os preços futuros.

Em suas autodeclaradas últimas palavras sobre a controvérsia, [Yeager \(1997\)<sup>b</sup>](#) reafirma que as observações de Salerno, ao tentar distinguir entre os problemas de cálculo e conhecimento que afetam o socialismo, permanecerão injustificadas enquanto não especificar quais outros aspectos, além do problema da comunicação do conhecimento disperso, estão implícitos no problema do cálculo econômico.

Observa-se, assim, que, a esta altura, o debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek já se mostrava repetitivo e desgastado, principalmente para o lado da visão homogeneizada, visto que Yeager parecia isolado ao se dirigir a Herbener, Rothbard e Salerno, que também tiveram seus argumentos reforçados por [Hoppe \(1996\)<sup>b</sup>](#).

Ainda assim, [Horwitz \(1998\)<sup>a</sup>](#) e Boettke (1998), já mencionado na seção anterior, apresentariam os últimos argumentos sobre o assunto para o lado da homogeneização, mas em artigos que apenas mencionavam a discussão dentro de temas mais amplos sobre o contexto do cálculo econômico para a história da Escola Austríaca, a saber, sua contribuição para uma política

econômica identificada com essa corrente (Boettke) e a diferenciação da abordagem Austríaca em relação à Neoclássica (Horwitz).

## 2.5 Metodologia austríaca: divisão tripartite da investigação econômica

A fim de defender uma unidade entre os principais expoentes da Escola Austríaca, [Leeson e Boettke \(2006\)](#)<sup>b</sup> recordam que Böhm-Bawerk argumentava que o método dedutivo consiste na organização dos critérios de prioridade fornecidos pela teoria, a fim de selecionar os elementos significativos para explicar eventos reais, de forma que o avanço do conhecimento humano na economia seria uma mistura de pura dedução e indução empírica.

Assim, [Leeson e Boettke \(2006\)](#)<sup>c</sup> propõem uma divisão “tripartite” da investigação econômica: teoria pura; teoria institucionalmente contingente; e história econômica e análise estatística. No sistema de Mises, explicam Leeson e Boettke (2006), o propósito de uma teoria é auxiliar a interpretação histórica, dividindo os domínios do conhecimento em teoria e história, pois ele considerava que os dois esforços pressupunham questões epistemológicas distintas, a saber, a concepção e o entendimento.

Desse modo, argumentam Leeson e Boettke (2006), fica claro nos escritos de Mises que um entendimento histórico era o objetivo maior em direção do qual a construção teórica da economia seria empregada, ou seja, ainda que fosse válida a priori, a teoria econômica seria “serva” do trabalho empírico. Em contraste, adicionalmente a sua interpretação de que Hayek passou por uma transformação a partir de *Economics and Knowledge*, Caldwell (2008) apresenta uma carta escrita por Hayek em 1981 para inserir o argumento de que este nunca considerou ter adotado, mesmo antes do artigo de 1937, o apriorismo Misesiano, o que pode ser usado para reforçar as interpretações de desomogeneização entre Mises e Hayek.

The main intention of my 1936 lecture was to explain gently to Mises why I could not accept his apriorism. Curiously enough, Mises, who did not readily accept criticism from his juniors, accepted my argument but insisted that it was not incompatible with his view, which, by implication, he restricted to I called the Logic of Choice or the Economic Calculus. I left it at that, but I did want to say that I was never an apriorist, though I would insist that part of the essential knowledge of the economist or the social theorist generally is derived from his given familiarity with the processes of human thinking (HAYEK, 1981 apud CALDWELL, 2008, p.420-421).



Ainda que, admitidamente, dando maior importância à primeira parte deste trecho, Caldwell (2008) ressalta que a dita “familiaridade com os processos do pensamento humano” parece algo bem diferente de dizer que a teoria deve ser válida *a priori*. Uma resposta a esse posicionamento também pode ser encontrada em Leeson e Boettke (2006), pois, segundo os autores, foi contra a visão dos antigos membros da Escola Histórica Alemã que Mises desenvolveu seu argumento de apriorismo metodológico, enfatizando que acreditar que os fatos possam ser compreendidos sem nenhuma teoria é não reconhecer que uma teoria está sempre contida no próprio ato de pensamento.

No entanto, a caracterização Misesiana de teoria como dado irreduzível não aborda a questão de como as teorias são desenvolvidas, o que Hayek passaria a fazer com sua abordagem evolucionista das instituições sociais, que moldam a mente humana em um longo horizonte temporal. Dessa forma, o argumento de Caldwell (2008) de que Hayek nunca foi um apriorista, bem como a própria declaração deste na carta apresentada, precisa ser complementada por uma explicação mais específica sobre em que consiste o apriorismo.

De acordo com Leeson e Boettke (2006), Mises argumentava que a dedução não começa com uma escolha arbitrária de axiomas, mas com a reflexão sobre a conexão que eles têm com o mundo real. Assim, segundo os autores, Mises defendia que o axioma da ação é, de certo modo, imposto sobre o homem, pois, se a teoria econômica for iniciada a partir de um axioma irrelevante para a ação humana no mundo real, as leis deduzidas ainda que válidas, estariam desconectadas da realidade, a exemplo do que ocorre com as teorias baseadas no pressuposto do estado de equilíbrio competitivo.

Da mesma forma que Hayek, portanto, Mises considerava, de acordo com Leeson e Boettke (2006), que as categorias *a priori* evoluíram com os seres humanos de modo darwiniano, ou seja, que os homens teriam certas categorias em suas mentes justamente porque elas foram as mais eficientes para transmitir informação precisa sobre o mundo real, o que foi necessário para sua sobrevivência.

TABELA 7 – METODOLOGIAS DE MISES E HAYEK:

Autor	Níveis de Investigação	Papel da Teoria
Mises	Teoria Pura e Análise Histórica	Fundamentar exercício empírico.
Hayek	Teoria Pura, Teoria Institucionalmente Contingente e Análise Histórica	Fundamentar exercício empírico.

## 2.6 Síntese do debate sobre a desomogeneização: uma reflexão sobre as questões fundamentais

A partir da argumentação de Leeson e Boettke (2006), exposta na seção anterior, observa-se que a explicação evolucionista da formação social que Salerno atribui a Mises é consistente com a de Hayek. Salerno (1990) ressalta que as regras de conduta que guiam as relações sociais evoluíram como uma forma de defesa contra o comportamento antissocial e que, no racionalismo social de Mises, não faz sentido falar em regras morais para um homem que vive em isolamento, pois a própria moralidade é definida como os requerimentos necessários para a inserção de cada indivíduo da sociedade.

Nessa questão, a explicação de Hayek (1967) é a mesma, pois ele afirma que os resultados concretos da catástrofe, isto é, da economia de mercado, para pessoas particulares, são imprevisíveis e, uma vez que não são o efeito do desígnio de ninguém, não há como descrever a maneira pela qual o mercado distribuiu as coisas entre os indivíduos como justas ou injustas. Essa explicação de como a ideia de justiça depende do contexto social é fruto do reconhecimento de que as regras morais só existem para um indivíduo quando ele está inserido em um grupo social.

Nessa abordagem, o racionalismo social de Mises, segundo a definição de Salerno (1990), é o mesmo racionalismo crítico de Hayek. Destaca-se, nesse sentido, que, de acordo com Hayek (1967), a sociedade e as relações de mercado não são resultados designados, mas são racionais no sentido de que são resultados de ações racionais e, mais do que isso, são condições para o homem poder desenvolver e colocar em prática sua racionalidade.

Nessa mesma linha, a argumentação de Salerno (1990) sobre a origem das economias de mercado, segundo a qual, como a ocorrência de trocas requer a ação proposital, a configuração do mercado deve ser explicada pelas escolhas humanas que deram origem às trocas, não é contraditória com a de [Hayek \(1979\)<sup>b</sup>](#), que argumenta que instituições da sociedade de mercado, como o dinheiro, são consequências não intencionais de ações deliberadas.

Dessa forma, nota-se que, para Hayek (1948), o problema da sociedade é garantir o melhor uso dos recursos conhecidos por qualquer um de seus membros para fins cuja importância relativa apenas ele conhece, o que, na esfera econômica, se caracteriza na divisão do trabalho. A diferença em relação a Mises, nesse sentido, é apenas que Hayek (1948) caracterizou o problema da comunicação do conhecimento como não restrito apenas ao campo da economia, mas em conexão com todos os fenômenos sociais, ainda que Mises tenha explicado que a economia seria apenas o campo mais avançado da Praxiologia.

Em outra dimensão, a discussão sobre a adequação de se dividir a Escola Austríaca em dois paradigmas – Hayekiano e Misesiano – também passa pela consideração de o que é necessário para se considerar duas teorias como pertencentes ao mesmo paradigma: explicações semelhantes ou coerentes entre si? Claramente, Mises e Hayek responderam a perguntas diferentes ao longo de seus trabalhos. Após um posicionamento comum ao de Mises no debate do cálculo econômico socialista, os trabalhos Hayek passaram a discutir os aspectos que explicam a ordem social não somente no campo da economia, mas também no direito e na política, explicitando, para isso, quais seriam os papéis da teoria e do elemento empírico.

Apesar de tanto Mises quanto Hayek poderem ser vistos como “economistas de equilíbrio” porque usam essa ferramenta como “construção imaginária”, ambos se diferenciaram dos Neoclássicos por não considerarem que ela é suficiente para explicar o funcionamento da economia, pois também precisam ser demonstradas as condições para que ocorra a cooperação social que direciona o sistema ao equilíbrio.

Para Mises, essa cooperação ocorre quando os agentes adotam ideologias corretas, isto é, adequadas para a satisfação de seus próprios interesses corretamente entendidos; para Hayek, ela ocorre quando a ordem institucional é propícia para esse fim. Nesse aspecto, fica claro que não há diferenças significativas entre os dois autores, já que ambos se concentram no processo de mercado, para o qual a abordagem de Equilíbrio Geral foi considerada inadequada.

Por último, observa-se que, conforme defendem Leeson e Boettke (2006), Hayek evoca uma teoria institucionalmente contingente para explicar as condições em que essa ordem pode ser formada e preservada, enquanto Mises reserva à timologia o papel de explicar a origem dos erros dos agentes em adotar ideologias que, segundo a consideração praxeológica, são incorretas.

Assim, uma questão fundamental para discutir a possibilidade de desomogeneização é identificar se o papel complementar da Timologia em relação à Praxiologia, para Mises, está de acordo com a teoria institucionalmente contingente e a análise histórica e estatística que Hayek propõe para complementar a pura lógica da escolha. Nesse particular, a teoria de Hayek sobre evolução das instituições cumpre o requisito de possibilitar o avanço da teoria pura para a institucionalmente contingente, antes que se proceda à análise histórica específica, conforme caracterizam Leeson e Boettke (2006).

Por outro lado, Mises, ao caracterizar a Timologia, apenas admitiu que o historiador é capaz de entender as origens de situações específicas, já explicadas, de um modo geral, pela Praxiologia, o que representaria um salto da teoria pura para a história econômica e a análise estatística. Nesse sentido, é notável que Hayek tentou complementar o trabalho de Mises e, para

isso, buscou verificar em que circunstâncias as conclusões implícitas na pura lógica da escolha (teoria pura) são aplicáveis ao mundo real em constante mudança (teoria institucionalmente contingente) e estabelecer as condições em que o sistema tende para o equilíbrio.

Dessa forma, a divisão da Escola Austríaca em dois paradigmas (Misesiano e Hayekiano) só faria sentido se o objetivo fosse esclarecer o diferente rumo tomado por Hayek em sua discussão sobre o problema da transmissão do conhecimento, a partir de considerações institucionais, em contraste com o caráter bipartite da investigação proposta por Mises, e aplicado a outras ciências sociais além da economia. No entanto, ao observar a complementaridade entre os trabalhos dos autores, faz mais sentido entender que o núcleo da Escola Austríaca se baseia em ambos.

### **3 A DESOMOGENEIZAÇÃO OCORREU?: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DESSE DEBATE PARA A ESCOLA AUSTRÍACA**

Nesta seção, será analisado o impacto do debate da desomogeneização entre Mises e Hayek no estado atual da Escola Austríaca. Para observar os rumos tomados por esses dois grupos, será feita a identificação das principais revistas acadêmicas em que Bottke e Salerno publicaram seus artigos entre 1988 e 2017 e do impacto destes, considerando-se as citações que recebem em trabalhos de outros economistas, e, mais especificamente, o impacto dos artigos referentes ao debate sobre a desomogeneização, de acordo com os mesmos critérios.

Para esse fim, foram usados, primeiramente, dados de fator de impacto da *Research Paper in Economics* (Repec). A comparação correspondente entre Kirzner e Rothbard foi suprimida do trabalho porque, como este faleceu em 1995, o recorte temporal seria muito curto para sua avaliação.

#### **3.1 O isolamento acadêmico do grupo da visão desomogeneizada**

Nesta seção, usando a classificação [Simple Impact Factor for Journals](#) (SIFJ), serão avaliadas as revistas acadêmicas em que essas publicações foram feitas. Essa pontuação é feita com a divisão do número de citações de artigos citados pelo número de artigos publicados. Assim, quanto mais alta for a pontuação, mais bem classificada estará a revista no ranking.

Como a fonte usada para pesquisar a classificação lista apenas as revistas que tiveram pontuação maior ou igual a 0,001, os SIFJ abaixo desse valor serão considerados iguais a zero e, portanto, excluídos das tabelas de publicações. O mesmo será feito com revistas com menos de

50 publicações, também desconsideradas pelo ranking. Os dados em questão são referentes ao dia 24 de outubro de 2017.

Dessa forma, observam-se abaixo as tabelas com as informações referentes às publicações de Peter Boettke e Joseph Salerno desde 1988. No caso, para fins de simplificação e enfoque no que é mais relevante, são mostradas apenas, entre todas as revistas que publicaram artigos desses autores no citado período, as 10 mais bem classificadas de acordo com o ranking do *Impact Factor*. As colunas de cada tabela listam as revistas em que as publicações foram feitas, a classificação delas no ranking do *Impact Factor*, o número de artigos em cada revista e a soma dos números de citações feitas aos artigos em questão.

TABELA 8 – PUBLICAÇÕES DE PETER BOETTKE DESDE 1988:

Revista	Classificação	Nº de Artigos	Nº de Citações
Journal of Economic Literature	2º	3	123
Journal of Economic Perspectives	9º	1	9
Journal of Economic Behavior & Organization	96º	3	161
European Journal of Political Economy	104º	1	18
Foundations and Trends® in Entrepreneurship	151º	1	155
Cambridge Journal of Economics	167º	2	18
Southern Economic Journal	170º	4	104
Public Choice	195º	10	195
The Quarterly Review of Economics and Finance	255º	1	36
International Review of Law and Economics	313º	1	97

TABELA 9 – PUBLICAÇÕES DE JOSEPH SALERNO DESDE 1988:

Revista	Classificação	Nº de Artigos	Nº de Citações
The Review of Austrian Economics	531º	8	544

Na análise das duas tabelas, nota-se que Peter Boettke aparece com muitas publicações em diversas revistas, enquanto Joseph Salerno fica restrito, dentre as revistas classificadas à *The Review of Austrian Economics*. Para entender o contexto dessa diferença, destaca-se o perfil do *Ludwig von Mises Institute*, responsável pela publicação da revista *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, cujo editor, no momento da coleta dos dados era Salerno.

De acordo com a sua página oficial, o instituto “existe para promover o ensino e a pesquisa na Escola Austríaca de economia, liberdade individual, história honesta e paz internacional, na tradição de Ludwig von Mises e Murray N. Rothbard”. O site ainda identifica os dois autores como “grandes pensadores que desenvolveram a Praxiologia, uma ciência dedutiva da ação humana baseada em premissas conhecidas com certeza para ser verdade” e diz que é isso que o instituto ensina e defende, de modo que seu trabalho acadêmico é “fundado na Praxiologia Misesiana e na oposição autoconsciente à modelagem matemática e aos testes de hipóteses, que criaram tanta confusão na economia Neoclássica” ([MISES INSTITUTE, s/d<sup>a</sup>](#)) [tradução nossa].

Já nessa descrição, o *Ludwig von Mises Institute* expõe uma atitude de isolamento em relação ao *mainstream* da ciência econômica. Nesse ponto, destaca-se, também em sua página oficial, a afirmação de que o instituto se guia pelos livros de Mises e Rothbard para ter uma perspectiva Austríaca sobre a história do pensamento econômico, deixando de citar outros nomes importantes como Kirzner, Lachmann e, principalmente, Hayek. Na verdade, Hayek só é mencionado por ter apoiado a fundação do instituto, na década de 1980.

Sobre a *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, o *Ludwig von Mises Institute* descreve seu objetivo como o de “promover o desenvolvimento e a extensão da Escola Austríaca”, bem como “a análise de questões contemporâneas na economia *mainstream* a partir de uma perspectiva Austríaca”. Nesse ponto, a revista tenta ser menos restrita que o instituto que a edita, pois, em sua página oficial, caracteriza seu objetivo como “publicar artigos que tratam de questões na tradição Austríaca, que é exemplificada nas obras de Ludwig von Mises, Friederich August von Hayek, Murray Rothbard e Israel Kirzner”, visando “avançar as fronteiras da teoria econômica Austríaca” ([MISES INSTITUTE, s/d<sup>b</sup>](#)) [tradução nossa].

Adicionalmente, o *The Quarterly Journal of Austrian Economics* afirma, também na página oficial, que busca envolver ativamente o interesse dos economistas convencionais, publicando “artigos que sujeitam a doutrina Neoclássica a análises críticas e simpósios com trocas de pontos de vista entre economistas Austríacos e *mainstream* sobre questões de interesse mútuo” ([MISES INSTITUTE, s/d<sup>c</sup>](#)) [tradução nossa].

No entanto, por ainda serem pouco citadas em artigos de outras revistas, suas publicações ainda parecem distantes de cumprir esse objetivo, que é basicamente o mesmo da, até hoje, mais bem-sucedida *The Review of Austrian Economics*, editada por Boettke no momento da coleta de dados. Em sua página oficial, a revista lista seus objetivos como “promover o desenvolvimento e a extensão da economia Austríaca” e “promover a análise das questões

contemporâneas na corrente geral da economia a partir de uma perspectiva Austríaca” ([THE REVIEW OF AUSTRIAN ECONOMICS](#), s/d) [tradução nossa].

Portanto, essas características sugerem que a atitude de isolamento intencional seja uma causa do baixo impacto acadêmico da *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, ausente do *ranking*, o que, naturalmente, prejudica o impacto acadêmico do próprio Salerno, editor da revista.

### 3.2 O pico de impacto: artigos do debate são o destaque do grupo da desomogeneização

De forma semelhante ao que se observa na seção anterior, a análise dos impactos das publicações referentes ao debate sobre a desomogeneização, foi feita a partir das tabelas montadas com a listagem das 10 revistas mais bem conceituadas no *Impact Factor* em que foram publicados artigos que citaram alguma dessas publicações, a contagem desses artigos em cada revista e a soma dos números de citações que eles receberam em outros artigos, de modo avaliar sua importância.

TABELA 10 – CITAÇÕES A KIRZNER (1988):

Revista	Classificação	Nº de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Economic literature	2º	1	290
Foundations and Trends® in Entrepreneurship	151º	1	158
Cambridge Journal of Economics	167º	2	91
Journal of Economic Studies	355º	2	39
Review of Political Economy	493º	4	74
The Review of Austrian Economics	531º	5	459
Recherches économiques de Louvain	563º	1	3
Journal of economic issues	627º	1	19
History of Political Economy	633º	1	265
Agrekon	659º	1	81

TABELA 11 – CITAÇÕES A SALERNO (1990):

Revista	Classificação	Nº de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Economic literature	2º	1	290
Journal of Business Venturing	62º	1	2
Cambridge Journal of Economics	167º	1	5
Review of Political Economy	493º	2	19
Journal of Business Ethics	499º	1	6
The Review of Austrian Economics	531º	16	685
Journal des conomistes et des tudes Humaines	564º	2	35
Journal of Economic Issues	627º	1	8
History of Political Economy	633º	1	40
American Journal of Economics and Sociology	641º	2	17

TABELA 12 – CITAÇÕES A BOETTKE (1990):

Revistas	Classificação	Nº de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Economic Behavior & Organization	96º	2	61
Constitutional Political Economy	440º	2	26
The Review of Austrian Economics	531º	3	104
Review of Behavioral Economics	569º	1	3
Journal of Economic Issues	627º	1	7
American Journal of Economics and Sociolog	641º	2	138
Journal of the History of Economic Thought	886º	1	22
Zeitschrift für Wirtschafts-und Unternehmensethik	1511º	1	0
ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft	1606º	1	6



TABELA 13 – CITAÇÕES A ROTHBARD (1991):

Revista	Classificação	Nº de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Institutional Economics	361º	1	14
Review of Political Economy	493º	3	24
Journal of Business Ethics	499º	1	6
The Review of Austrian Economics	531º	7	429
Journal des Economistes et des etudes Humaines	562º	1	21
American Journal of Economics and Sociology	641º	1	5
International Journal of Social Economics	831º	1	4
Journal of the History of Economic Thought	886º	1	23
Revista de economía institucional	1078º	1	13
International Journal of Pluralism and Economics Education	1111º	1	9

TABELA 14 – CITAÇÕES A SALERNO (1993):

Revista	Classificação	Nº de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of economic Literature	2º	1	3651
Journal of Economic Behavior & Organization	96º	1	36
Journal of management studies	124º	1	325
Cambridge Journal of Economics	167º	1	5
Southern Economic Journal	170º	1	158
Cato J.	471º	1	21
Review of Political Economy	493º	2	12
The Review of Austrian Economics	531º	9	378
Journal des Economistes et des etudes Humaines	562º	1	1
History of Political Economy	633º	1	40

TABELA 15 – CITAÇÕES A BOETTKE (1998):

Revista	Classificação	Nº de artigos que citam	Soma de citações desses artigos
Journal of Economic literature	2º	1	290
Foundations and Trends® in Entrepreneurship	151º	1	158
Public Choice	196º	1	24
Contemporary Economic Policy	267º	1	6
Journal of Institutional Economics	361º	1	4
Constitutional Political Economy	440º	1	32
Journal of Economic Methodology	447º	1	7
European Journal of Law and Economics	464º	1	1
Economics & Philosophy	467º	1	9
Review of Political Economy	493º	2	18

A partir das tabelas, observa-se que Kirzner (1988) aparece em vantagem em relação a Rothbard (1991), com grande diferença tanto na análise da classificação das revistas quanto no número de citações dos artigos publicados nelas. Esse resultado reforça a consideração feita neste trabalho de que o artigo de Kirzner foi o marco inicial do debate, pois, ainda que mantivesse uma posição considerada a padrão dentro da Escola Austríaca, isto é, de que os trabalhos de Mises e Hayek formam uma linha teórica coerente, ele o fez de uma maneira que não se contrapunha aos argumentos sobre uma suposta transformação de Hayek, já que o próprio Mises, para Kirzner (1988), também passara por uma transformação após o debate do cálculo econômico.

Rothbard (1991), por outro lado, apesar de também tratar do debate do cálculo econômico em um contexto de comparar as contribuições de Mises com as de Hayek, já não apresentava argumentos novos para o contexto da época, de forma que seu artigo pode ser entendido como uma resposta direta a Kirzner (1988), o que já havia sido feito por Salerno (1990) em um recorte que não se limitava apenas ao debate do cálculo econômico, mas também tratava dos fundamentos ontológicos presentes nos trabalhos de Mises e Hayek, preparando o terreno para o artigo de 1993.

Nessa linha, observa-se que ambos os artigos de Salerno (1990; 1993) aparecem em vantagem em relação a Boettke (1990) quanto à classificação das revistas no ranking, o número de artigos que os citam e no número de citações a esses artigos, em oposição ao predomínio de

Boettke sobre Salerno nas análises de impacto feitos a partir de todas as publicações dos autores desde 1988.

Essa diferença demonstra um claro protagonismo de Salerno no debate sobre a desomogeneização entre Mises e Hayek, o que já seria esperado se forem levados em conta o desgaste e a repetição de argumentos desencadeados pelas respostas críticas de [Yeager \(1994; 1997<sup>c</sup>\)](#) e [Horwitz \(1998\)<sup>b</sup>](#) a Salerno (1993; 1994) e por [Herbener \(1996\)<sup>b</sup>](#), [Hoppe \(1996\)<sup>b</sup>](#) e [Hülsmann \(1997\)<sup>b</sup>](#) em reforço aos argumentos deste protagonista.

Mais especificamente, os números apontam para um protagonismo do artigo de 1993, em que Salerno introduz explicitamente a defesa da desomogeneização entre Mises e Hayek, ao passo que Kirzner (1988), Boettke (1990), Salerno (1990) e Rothbard (1991) são considerados neste trabalho como partes do debate justamente por terem introduzido o contexto da argumentação de Salerno (1993).

Sobre Boettke (1998), considerado neste trabalho como a palavra final sobre o debate entre os protagonistas, verifica-se um impacto consideravelmente mais próximo, ainda que inferior, ao de Salerno (1993). Dessa forma, ainda que se referindo mais ao debate do cálculo econômico do que a uma contestação à proposta de desomogeneizar as leituras de Mises e Hayek, Boettke (1998) pode ser considerado como uma síntese bem sucedida dos argumentos em favor da homogeneização entre Mises e Hayek, que se repetiam nos artigos de Yeager (1994; 1997) e [Horwitz \(1998\)<sup>c</sup>](#).

Um balanço final sobre os resultados das tabelas é que, diferentemente do recorte mais generalizado de seu impacto desde 1988, os argumentos de Salerno (1993) foram bastante importantes dentro da comunidade de economistas acadêmicos e, diante da também impactante síntese de Boettke (1998), não há como determinar um vencedor para o debate sobre a desomogeneização apenas a partir da análise dos artigos que o formaram.

No entanto, como este trabalho considera que os argumentos do grupo da homogeneização foram mais coerentes com o contexto das publicações de Mises e Hayek, pode-se considerar que o menor impacto dos trabalhos de Salerno em relação aos de Boettke está relacionado à postura mais ideológica do primeiro em relação ao último, o que, por sua vez, se reflete na menor coerência entre os argumentos do grupo que defende a desomogeneização.

Nesse sentido, é importante reforçar que as diferenças entre os dois grupos na medida de impacto não determinam a consideração deste trabalho de que há maior coerência nos argumentos do grupo da homogeneização. Na verdade, a causa tanto para a maior coerência quanto para o maior impacto acadêmico de Boettke em relação a Salerno parece ser justamente a

postura ideológica deste, conforme identificado nas características do *Ludwig Von Mises Institute* descritas na seção 3.1 e argumentado por Vaughn (1998) em relação a Rothbard e seus seguidores, na seção 1.4.

## CONCLUSÃO

Para formular a conclusão sobre o debate exposto neste trabalho, recorre-se à caracterização de [Arida \(1983\)](#)<sup>a</sup> sobre a disciplina da História do Pensamento Econômico (HPE), que critica a noção de fronteira do conhecimento por sua contradição em entender que todas as contribuições positivas do passado estejam assimiladas ao estado presente da teoria e observar que qualquer mudança neste altera a própria percepção do passado e leva a uma reescrita da HPE. Ao serem reinterpretadas, teorias e leituras sobre teorias passadas até então consideradas superadas em definitivo podem readquirir importância acadêmica.

Na interpretação deste trabalho, a defesa incondicional do apriorismo no grupo que advoga uma desomogeneização os impede de compreender os avanços que Hayek, Kirzner, Lachmann e outros se propuseram a fazer a partir de suas próprias leituras de Mises de maneira adaptada aos contextos em que se encontravam.

Como afirma [Arida \(1983\)](#)<sup>b</sup>, o exercício da História do Pensamento Econômico de maneira desvinculada de seu contexto é fruto de uma suposição enganosa de que os textos teóricos passados são autointeligíveis, quando, na verdade, o leitor é induzido a preencher as lacunas de acordo com o conhecimento que possui no presente. Mais especificamente, os argumentos defendidos por Mises no contexto do início do debate do cálculo econômico não podem ser contrapostos aos que Hayek usaria na sequência porque o último já considerava elementos que não estavam presentes na formulação do primeiro.

De maneira simplificada, pode-se dizer que é errado construir uma narrativa segundo a qual Mises teria respondido Hayek antes mesmo deste apresentar seus argumentos, visto que, obviamente, o primeiro não poderia saber o que estaria por vir. Nesse sentido, é útil enfatizar que, dentro de um grupo cujas ideias são identificadas como desenvolvidas a partir de um referencial comum, como no caso da Escola Austríaca, é de se esperar que as diferenças entre as sequências dos desenvolvimentos teóricos e das reinterpretações em relação aos autores passados se manifestem no sentido de contribuir para uma maior coerência desse grupo como um todo.

No entanto, os autores que atualmente defendem a tese da leitura desomogeneizada entre Mises e Hayek, isto é, Salerno, mais especificamente, e o Ludwig von Mises Institute, em geral, parecem não agir com essa intenção e se prender ao que argumentam ser o que Mises diria

se estivesse presente nas discussões atuais ou ao que Rothbard desenvolvera a partir de sua leitura de Mises. Assim, o recorte teórico fica limitado e preso a certos dogmas ideológicos.

Portanto, aceitando-se as interpretações de Boettke (1990; 1998) e Kirzner (1988), conclui-se que Hayek se baseou em Mises desde seus primeiros trabalhos, manteve-se disposto a complementar as ideias de seu mentor durante o debate do cálculo econômico e estendeu esse background subjetivista para fundamentar uma alternativa mais explícita à abordagem baseada no estudo do estado final de equilíbrio e pouco empenhada em descrever o processo que promove o sistema em direção a ele, isto é, que possibilita a descoberta por meio da competição.

Na verdade, mais do que verificar que Hayek “se baseou” em Mises, a questão chave para se entender a pertinência da visão homogeneizada é a constatação de que não é um esforço teórico interessante a leitura de um autor sem a do outro. Obviamente, duas pessoas diferentes não vão desenvolver teorias equivalentes ou mesmo complementares em todos os aspectos. Considerando-se que Mises e Hayek nem sempre adotaram o mesmo objeto de pesquisa ou trabalharam juntos, é de se esperar que suas teorias não estejam nos mesmos moldes ou mesmo que não cheguem às mesmas conclusões em todas as questões.

Como havia sido mencionado na seção 1, a partir de citações de Vaughn (1998), a própria Escola Austríaca, como um todo, passou por um período de isolamento, depois do debate do cálculo econômico, até seu reavivamento com Kirzner, Lachmann e o próprio Rothbard, na década 1970. No entanto, o caráter mais político e ideológico de defesa de ideias anarquistas a partir de discussões éticas que foi se formando a partir dos seguidores dos trabalhos de Rothbard, consolidado no Ludwig von Mises Institute e no *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, voltou a provocar um isolamento de, no caso, parte do grupo de economistas identificados com a Escola Austríaca.

Assim, justamente por advogar a divisão em dois paradigmas, Salerno, assim como Herbener, Hoppe, Hülsmann e outros seguidores de Rothbard, acabou ajudando a consolidar essa divisão. Contudo, ela não consiste em paradigmas Misesiano e Hayekiano, mas em ideológico e acadêmico.

Como afirma [Arida \(1983\)](#)<sup>c</sup>, as controvérsias se resolvem não porque uma das teses foi falsificada, mas porque a outra comandou maior poder de convencimento. Desse modo, se os defensores da desomogeneização entre Mises e Hayek adotarem uma postura mais aberta a absorver as contribuições de outros autores Austríacos, em seus contextos específicos, talvez consigam ser mais ouvidos sobre este e outros assuntos.

## REFERÊNCIAS

[a](#) [b](#) [c](#) ARIDA, Persio. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 1983.

[BARBIERI](#), Fábio. O ressurgimento da escola austríaca e a teoria de processo de mercado. **Revista Econômica**, v. 10, n. 2, 2008.

[a](#) [b](#) [c](#) BARBIERI, Fábio. **História do debate do cálculo econômico socialista**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo, 2013.

[a](#) [b](#) [c](#) BOETTKE, Peter J. The theory of spontaneous order and cultural evolution in the social theory of FA Hayek. **Cultural Dynamics**, p.61-83, 1990.

[a](#) [b](#) [c](#) BOETTKE, Peter J. Economic Calculation. The Austrian contribution to political economy. **Advances in Austrian Economics**. George Mason University, v. 5, p.131-158, 1998.

[a](#) [b](#) BOETTKE, Peter J.; COYNE, Christopher J.; NEWMAN, Patrick. The History of a Tradition: Austrian Economics from 1871 to 2016. In: **Research in the History of Economic Thought and Methodology**. Emerald Group Publishing Limited, 2016.

[a](#) [b](#) CALDWELL, Bruce J. Hayek's transformation. **History of Political Economy**, v.20, n. 4, p.513-541, 1988.

[a](#) [b](#) [c](#) CALDWELL, Bruce. **Hayek's challenge: An intellectual biography of FA Hayek**. University of Chicago Press, 2008.

[a](#) [b](#) [c](#) HAYEK, F. A. **Individualism and economic order**. University of Chicago Press, 1948.

[a](#) [b](#) [c](#) HAYEK, F. A. **Monetary Theory and the Trade Cycle**; Translated from the German by N. Kaldor and HM Croome: Jonathan Cape, 1933.

[a](#) [b](#) [c](#) HAYEK, F. A. **Studies in philosophy, politics and economics**. London: Routledge & Kegan Paul, 1967.

[a](#) [b](#) HAYEK, F. A. **The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason**, Indianapolis, Liberty Fund, 1979.

---

[a](#) [b](#) HERBENER, Jeffrey M. Calculation and the Question of Arithmetic. **The Review of Austrian Economics**, v. 9, n. 1, p. 151-162, 1996.

[a](#) [b](#) [c](#) HOPPE, Hans-Hermann. Socialism: A property or knowledge problem?. **The Review of Austrian Economics**, v. 9, n. 1, p. 143-149, 1996.

[a](#) [b](#) [c](#) HORWITZ, Steven. Monetary calculation and Mises's Critique of Planning. **History of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 427, 1998.

[a](#) [b](#) HÜLSMANN, Jörg Guido. Knowledge, judgment, and the use of property. **The Review of Austrian Economics**, v. 10, n. 1, p. 23-48, 1997.

[a](#) [b](#) [c](#) KIRZNER, Israel M. The economic calculation debate: lessons for Austrians. **The Review of Austrian Economics**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 1988.

[a](#) [b](#) KIRZNER, Israel M. **Competition and entrepreneurship**. University of Chicago Press, 2015.

[LACHMANN](#), Ludwig M. From Mises to Shackle: an essay on Austrian economics and the kaleidic society. In: PRYCHITKO, David L. (ed.). **Why economists disagree: An introduction to the alternative schools of thought**. Suny Press, 1998, p. 54-62.

[a](#) [b](#) [c](#) LEESON, Peter T.; BOETTKE, Peter J. Was Mises Right?. *Review of Social Economy*, v. 64, p.247-265. 2006.

[a](#) [b](#) [c](#) LEWIS, Paul A. Hayek: from economics as equilibrium analysis to economics as social theory. **Edward Elgar Publishing**, p.1-24. 2014.

[a](#) [b](#) [c](#) LUDWIG VON MISES INSTITUTE. **Site Ludwig von Mises**. Disponível em <https://mises.org/about-mises/what-is-the-mises-institute>. Acesso em: 24 out 2017.

[a](#) [b](#) MENGER, Carl. **Principles of Economics**. New York University: Nova Iorque, 1976.

[MISES](#), Ludwig von. **Theory and history**. Ludwig von Mises Institute: Auburn, 1985.

[a](#) [b](#) [c](#) MISES, Ludwig von. **Human action**. Ludwig von Mises Institute: Auburn, 2004.

[MISES](#), Ludwig von. **Socialism: An economic and sociological analysis**. Lulu Press Inc. 2015.

[a](#) [b](#) [c](#) O'DRISCOLL JR, G.P.; RIZZO, M.J. **Austrian economics re-examined: the economics of time and ignorance**. Routledge. 1996.

[a](#) [b](#) [c](#) ROTHBARD, Murray N. The end of socialism and the calculation debate revisited. **The Review of Austrian Economics**, v. 5, n. 2, p.51-76, 1991.

[a](#) [b](#) [c](#) SALERNO, Joseph T. Ludwig von Mises as social rationalist. **The Review of Austrian Economics**, v. 4, n. 1, p. 26-54, 1990.

[a](#) [b](#) [c](#) SALERNO, Joseph T. Mises and Hayek dehomogenized. **The Review of Austrian Economics**, v. 6, n. 2, 1993.

[a](#) [b](#) [c](#) SALERNO, Joseph T. Reply to Leland B. Yeager on "Mises and Hayek on Calculation and Knowledge". **The Review of Austrian Economics**, v. 7, n. 2, p. 111-125, 1994.

[a](#) [b](#) [c](#) SELGIN, G. **Praxeology and Understanding**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1990.

[SIMPLE IMPACT FACTOR FOR JOURNALS](#). **Site Simple Impact Factor for Journals**. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/top/top.journals.simple.html>>. Acesso em: 24 out 2017.

[THE REVIEW OF AUSTRIAN ECONOMICS](#). **Site The Review of Austrian Economic**. Disponível em: <<https://link.springer.com/journal/11138>>. Acesso em: 24 out 2017.

[a](#) [b](#) [c](#) VAUGHN, Karen I. **Austrian economics in America: The migration of a tradition**. Cambridge University Press, 1998.

[a](#) [b](#) [c](#) YEAGER, Leland B. Mises and Hayek on calculation and knowledge. **The Review of Austrian Economics**, v. 7, n. 2, p. 93-109, 1994.

[a](#) [b](#) [c](#) YEAGER, Leland B. Calculation and knowledge: Let's write finis. **The Review of Austrian Economics**, v. 10, n. 1, p. 133-136, 1997.